



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

### TIRA A MÃO DA MINHA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: MOVIMENTO ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CORTES ORÇAMENTÁRIOS

Nivia Barreto dos Anjos<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem a intenção de apresentar o resultado de uma pesquisa desenvolvida que tem como objetivo geral discutir o lugar do Movimento Estudantil do IFBaiano relativo à manutenção do direito à Assistência Estudantil em tempos de cortes orçamentários. A metodologia empregada recorre ao estudo de caso (IFBaiano – Campi Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), com recorte de tempo 2014-2017.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil; Assistência Estudantil; Cortes Orçamentários

**Abstract:** This article intends to present the result of a research developed with general objective to discuss the place of the Student Movement of the IFBaiano regarding the maintenance of the right to Student Assistance in times of budget cuts. The methodology employed is based on the case study (IFBaiano - Campi Guanambi, Santa Inês and Uruçuca), with a time cut of 2014-2017.

**Keywords:** Student Movement; Student Assistance; Budget Cuts.

#### Introdução

O problema de investigação levantado neste artigo consiste em procurar identificar até que ponto o movimento estudantil do IFBaiano tem contribuído para a garantia do direito à assistência estudantil em tempos na resistência às restrições impostas pelos cortes orçamentários.

Convém ressaltar que Assistência Estudantil é fundamental para a permanência e êxito do estudante na Instituição. Com base nas lutas do Movimento Estudantil e do Fonoprace - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis foi instituído em 2010 o Decreto 7.234, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

No entendimento de Almeida (2013), a Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior, criada em 1989, representa as Universidades Federais e Institutos Federais junto ao Ministério da Educação. A Andifes, através do Fonoprace que é seu fórum assessor, possui grande preocupação com as questões relacionadas à Assistência Estudantil, e inclusive realiza estudos e pesquisas com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nestas instituições de ensino superior.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, E-mail: <niviabfc@hotmail.com>.

Kowalski (2012) afirma ainda que tanto o Fonaprace quanto a UNE promoveram vários debates para discutir a Assistência Estudantil.

Kowalski (2012) ressalta que “a ascensão dos direitos são resultado de lutas e conquistas sociais que muitas vezes vivenciam um “processo histórico cheio de vicissitudes, em que as necessidades e as aspirações são articuladas em reivindicações no embate de peleja até serem reconhecidos legalmente como direitos”. (IDEM, p. 133). Mas é preciso ter consciência que “O direito a educação não é apenas a questão de garanti-la nas legislações brasileiras: o Estado tem um papel fundamental em criar medidas, políticas sociais com vista a facilitar a plena realização deste direito”. (KOWALSKI, 2012, p. 136)

O Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o PNAES. O artigo 1º destaca que “o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na **educação superior pública** (grifo nosso).” (BRASIL, 2014, art, 1º)

Os objetivos do PNAES consistem em:

I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na **educação superior pública federal** (grifo nosso); II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da **educação superior** (grifo nosso); III. Reduzir as taxas de retenção e evasão; IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2004, art. 2º.)

As ações de AE no PNAES, de acordo com o art. 3º, devem ser desenvolvidas em dez áreas:

I. moradia estudantil; II. alimentação; III. transporte; IV. atenção à saúde; V. inclusão digital; VI. cultura; VII. esporte; VIII. creche; IX. Apoio pedagógico; X. acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2004, art. 2º.)

Antes de comentar sobre este artigo convém lembrar que, segundo Moura (2007), a estrutura da nova LDB está dividida em dois níveis: educação básica e educação superior; e por incrível que pareça a Educação Profissional (EP) não se encontra em nenhum dos dois níveis, o que consolida a dualidade histórica de forma completamente clara. Para ele, a EP não faz parte da educação regular brasileira, pois é tida como algo que vem paralelo, como um verdadeiro apêndice apelidado de modalidade.

Sendo assim, pode-se sugerir que no artigo 4º desse decreto a EP é lembrada, talvez nem mesmo como um apêndice (como na LDB), mas como uma “prima distante” que precisa de assistência, e que dessa vez é denominada de “aquela que possui especificidades”, a que é incluída agora como “abrangências”.

As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, **abrangendo** (grifo nosso) os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas **especificidades** (grifo nosso), as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas do seu corpo discente (BRASIL, 2004, art. 4º).

Almeida e Rodrigues (2012) deixam um alerta visto que é necessário ter uma cuidadosa atenção ao modo como as interfaces com a educação têm se apresentado, por meio de diferentes programas sociais no campo da cultura, do lazer, da política de atenção à criança e ao adolescente, da política para a juventude, da assistência, do trabalho e do enfrentamento da pobreza. Isto porque a educação deixa de ser valorizada e passa a ser parte das estratégias de sobrevivência da população em função da vinculação desse acesso à obtenção de um recurso social no âmbito dos programas sociais. Isto tem causado uma distorção da compreensão da assistência social como direito social, segundo os autores, direito que assegure uma renda mínima a uma dimensão assistencialista.

Outra questão que merece destaque é que o PNAES no artigo 5º registra que: “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”(BRASIL, 2010, art. 5º).

É preciso alertar que este artigo do PNAES apresenta uma concepção assistencialista pois é necessário deixar claro que a Assistência Estudantil é para todos os estudantes e não apenas para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Os auxílios financeiros sim, deverão ser destinados para os discentes oriundos das classes desfavorecidas, todavia a AE vai muito além de distribuição de auxílios ou bolsas.

Neste sentido Souza (2017) esclarece que a AE não pode ser entendida somente por um caráter de recursos financeiros.

[...] pois, além de propiciar mecanismos de desenvolvimento da aprendizagem, também tem que prezar pelo bem-estar e qualidade de vida do estudante, prevenindo condições de risco, fomentando a participação em todos os espaços do instituto e para além dele, como participe das relações sociais, que se desenvolve em sociedade, tendo condições de exercitar, com consciência, sua identidade como ser social (SOUZA, 2017, p. 148,149)

Voltando ao PNAS, ele apresenta também como áreas de atuação: atenção à saúde, cultura, esporte e apoio pedagógico; então, isto é a prova de que a Assistência Estudantil deverá ser destinada a todos os estudantes e não apenas para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Talvez pelo motivo do PNAES não estar regulamentado como uma Política acabe gerando tanta confusão na concepção da sua abrangência. Inclusive Kowalski (2012) registra que em pesquisa realizada identificou que os próprios servidores das Instituições de Ensino Superior acabam confundindo a Assistência Estudantil com a Assistência Social.

A autora deixa explícito que esta concepção é totalmente equivocada porque a própria Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8742/93) visa ao atendimento dos

mínimos sociais para atendimento das necessidades básicas das pessoas que se encontram na linha da pobreza ou abaixo dela. Sendo assim, ela irá contemplar pessoas em situação de risco. Por isso, conceber a AE como sinônimo de Política de Assistência Social representa rebaixar a Política de Educação a uma “política de pobre para pobre” por meio de auxílios que irão aliviar a pobreza.

Nisso ainda há um processo de depreciação do próprio direito à educação, que se configura como uma política universal (declarada como direitos humanos) a ser usufruída por todos os estudantes, independente da sua condição social. (KOWALSKI, 2012, p. 150)

Por outro lado, é necessário lembrar que deve existir o controle social sobre os programas e projetos da Assistência Estudantil e o Movimento Estudantil deve ter um lugar fundamental neste sentido. Voltando a Teixeira (2009), o planejamento de um programa requer: decisão, ação e controle social; pois, o ideal democrático exige cidadãos atentos para as escolhas das alternativas apresentadas pelas forças políticas e sociais. “O controle e avaliação do orçamento público assume cada vez mais importância numa sociedade que se democratiza” (TEIXEIRA, 2009, p. 568)

Convém ressaltar que Nascimento (2014) registra que houve um crescimento nos recursos orçamentários para os Programas de Assistência Estudantil, mas por outro lado, as ações também aumentaram em virtude do processo de expansão de vagas na Rede Federal de Ensino. Isso implica que “o crescimento absoluto dos valores continua expressando insuficiente dotação orçamentária para dar conta das necessidades estudantis apresentadas, especialmente pelo perfil socioeconômico dos estudantes que ocupam as vagas ofertadas, pois obviamente a gratuidade dos cursos não garante as condições de acesso e permanência.” (NASCIMENTO, 2014, p. 134,135)

A questão do orçamento da AE merece uma atenção especial, visto que os seus programas devem ser desenvolvidos com qualidade. E o movimento estudantil deve participar ativamente da gestão de todos os programas inseridos na Política de Assistência Estudantil. Principalmente com os cortes orçamentários ocorridos com o novo governo Bolsonaro que não tem como prioridade a Educação.

É necessário afirmar, parafraseando Moura (2013) que quem vai plantar e cuidar para que cresçam as sementes da educação de qualidade são os movimentos sociais pela educação, principalmente o dos estudantes, que são os mais diretamente afetados pela ameaça do capital financeiro à Educação e à Educação Profissional.

Na Reforma de Córdoba que ocorreu na Argentina em 1918 os estudantes já clamavam por Assistência Estudantil (AE) e este grito continua ecoando, porém dentro da Educação Profissional ele precisa ressoar com uma ultra intensidade, visto que se na LDB a

EP já foi colocada como um apêndice, imagine o que o capital financeiro pretende fazer com a AE dentro desta modalidade de ensino.

De acordo com Dutra e Santos (2017) a AE é alvo de muitas discussões da comunidade acadêmica e hoje ela possui um papel de centralidade para o Estado, que foi conquistado como resultado de muitas lutas do Movimento Estudantil, organizadas pela UNE e pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace.

No Brasil, segundo as autoras, as primeiras práticas de Assistência Estudantil ocorreram na década de 1930: “uma importante ação de assistência prestada ao estudante nesse momento foi a abertura da Casa do Estudante do Brasil, que se estabeleceu no Rio de Janeiro no início dos anos 1930, com o objetivo de auxiliar os estudantes com maiores dificuldades econômicas.” (DUTRA; SANTOS, 2017, p. 150).

Dutra e Santos ainda destacam que em 1937, com o apoio do Ministério da Educação, a Casa do Estudante do Brasil realizou o 1º Conselho Nacional dos Estudantes, e a partir daí conseguiu criar a entidade máxima dos estudantes, a UNE, como fruto da necessidade da organização política da categoria estudantil. “A criação da UNE no bojo das organizações dessa residência universitária já aponta para a sua ligação com a AE (IDEM, p. 151).

De acordo com Souza (2017) a história da Educação Profissional no Brasil acaba configurando como parte da Assistência Estudantil, e ambas possuem traços multifacetados e ainda em construção.

A principal lacuna no trato da Assistência Estudantil na Educação profissional é que a sua história se perde nos marcos da história do Ensino Superior Brasileiro. Há claramente demarcadas e sistematizadas ações consideradas precursoras da Assistência Estudantil que refletem o movimento de luta pela educação superior no Brasil. A Educação Profissional tem em si uma característica que a difere da superior: é uma educação voltada para o labor, que tem em sua gênese a formação da força de trabalho. Logo, pensar Assistência Estudantil na Educação Profissional, é a partir do referencial de educação destinada aos trabalhadores. (SOUZA, 2007, p. 44)

Isso implica que a AE na EP deve ser compreendida em um contexto diferenciado no qual esteja implícito que ela possui suas especificidades, até porque é fruto de um apêndice da LDB, e por incrível que possa parecer ela também é colocada como um apêndice no próprio Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). É preciso recordar que em 2007, o Ministério da Educação, por meio da Portaria n. 39, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil que é bem similar ao atual PNAES.

Antes convém lembrar o Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 registra como estratégia 11,11 da meta referente a expansão da EP(11) , “elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade

acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio” (BRASIL, 2014, p.72 – grifo nosso).

Todavia, em 2019 esta elevação gradual tem sido sinônimo de estancamento. E muito pior, pois se o recurso financeiro da Assistência Estudantil não tem sido afetado teoricamente pelos cortes, na prática a realidade é outra, porque as instituições de ensino vêm perdendo recursos e a sua forma de sobrevivência acaba recaindo sobre o da Assistência Estudantil.

Em relação ao IFBaiano (estudo de caso da pesquisa) e dos três campi lócus da pesquisa (Guanambi, Santa Inês e Uruçuca), percebe-se que durante os anos de 2014 a 2017 o orçamento não “sofreu” alteração. Todavia, na aplicação dos recursos o impacto tem sido grande.

**Tabela 1: Distribuição da Assistência Estudantil 2014-2017**

Campi	2014	2015	2016	2017
Guanambi	R\$ 1.675.890,20	R\$ 1.884.760,00	R\$ 2.216.337,00	R\$2.219.548,00
Uruçuca	R\$ 1.374.213,00	R\$ 1.741.294,00	R\$ 1.936.239,00	R\$ 1.806.469,00
Santa Inês	R\$ 1.722.089,22	R\$ 1.952.928,00	R\$ 1.884.422,00	R\$ 1.923.911,00

Fonte: Matriz CONIF 2014, 2015, 2016 e 2017

Verifica-se que no “mundo orçamentário” da Assistência Estudantil a crise não chegou. O discurso político é de que os recursos da AE não estão sendo afetados pela crise. Todavia, a realidade é outra. Em 2014, por exemplo, o *campus* Santa Inês não precisava redirecionar a AE para o custeio do refeitório, já em 2016 foi preciso retirar R\$ 450.000,00 para o refeitório.

Um dos entrevistados teceu o seguinte comentário em relação ao ano de 2014:

Por meio de um relatório da Assistente Social a CLAE conseguiu recursos extras para comprar óculos e cama para os estudantes em 2014. Foi por causa deste recurso que passei uma tarde inteira assinando liberação de cama e óculos! (Entrevistado SI 10)

Por outro lado, ao ser indagado sobre a autonomia da Comissão o entrevistado respondeu claramente sobre como a crise tem impactado na Assistência estudantil:

A CLAE tem autonomia, com algumas exceções em relação a divisão dos recursos financeiros, principalmente nos últimos anos (de crise). (Entrevistado SI 02)

Neste sentido, Araújo e Rodrigues (2010) registram que a educação, inclusive a profissional, faz parte de campos de disputa nos quais prevalecem dois tipos de abordagem: 1) os que buscam a conformação dos homens à realidade dada; 2) os que procuram a transformação social. “Tais abordagens consubstanciam em nossa sociedade, dois projetos antitéticos de formação dos trabalhadores: uma pedagogia focada no trabalho e outra pedagogia focada no capital” (IDEM, 2010, p. 51).

Os autores registram que é necessário um projeto democrático de educação profissional que assuma uma nova postura frente aos saberes, às práticas de ensinar e de aprender, aos procedimentos de organização curricular e de avaliação. E a construção dessa EP qualitativamente nova perpassa pela sua emancipação em relação ao controle do capital.

Em relação ao estudo de caso da pesquisa, é importante destacar que em 2008, por meio da Lei n. 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. E Moura (2007) ressalta que “uma possibilidade para os filhos da classe trabalhadora é a tentativa de ingresso em uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, instituições que historicamente atuam como referência nos vários componentes que constituem a formação integral” (MOURA, 2007, p. 21). Mas Moura ainda lembra que a concorrência para ingresso na EP é muito grande, visto que o número de vagas é limitado.

O IFBaiano agrega as antigas Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Médias de Agropecuária Regionais da Ceplac (EMARC) presentes na Bahia. Sua Missão consiste em “oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão” (IFBAIANO, PDI 2015-2019, p. 21).

A primeira versão da Política de Assistência Estudantil do IFBaiano foi aprovada em 2011; a segunda, em 2016; e a terceira em 2019. Ela traz como objetivo geral: “O desenvolvimento de programas e ações que visem a democratização do acesso, a permanência e o êxito no percurso formativo do (a) estudante, enquanto cidadão(ã) em processo de desenvolvimento, propiciando-lhe o exercício pleno da cidadania “ (IFBAIANO, 2019, p. 1 )

E nesta perspectiva ela apresenta os seguintes programas:

- I. Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE; II - Programa de Auxílios Eventuais - PAE; III - Programa de Residência Estudantil; IV - Programa de Alimentação Estudantil; V - Programa de Incentivo à Participação Política Acadêmica - PROPAC; VI - Programa de

Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - PINCEL; VII - Programa de Prevenção e Assistência à Saúde - PRO-SAÚDE; VIII - Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico - PROAP. (IDEM: p. 6 e 7)

A Política de Assistência Estudantil do IFBaiano elenca as atribuições da Comissão Local de Assistência Estudantil que compõe os sujeitos da Pesquisa Empírica realizada (2014-2017).

A primeira incumbência da CLAE consiste em divulgar as ações da Assistência Estudantil na perspectiva de consolidá-la como política institucional. Neste sentido alguns depoimentos foram registrados na pesquisa: Tudo era afixado no mural da Assistência Estudantil (Entrevistado GUA 01); Divulgava por meio de reunião no Auditório e passava todos os detalhes para os estudantes (Entrevistado SI 01); Tinha sempre quórum na assembleia dos estudantes para repassarmos as informações e a administração também estava presente (Entrevistado URU 07); Divulgação no site e nos murais. Os estudantes da CLAE socializavam as informações com os colegas. A CLAE ia nas salas para informar aos estudantes as etapas dos programas. Nunca ficou nada na escuridão! (Entrevistado URU 02).

A segunda atribuição da CLAE consiste em acompanhar e avaliar os programas, projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Política de Assistência Estudantil no campus.

**Tabela 2 – Existência de Participação Estudantil na Divisão dos Recursos**

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>ESTUDANTES PARTICIPAM</b>	<b>ESTUDANTES NÃO PARTICIPAM</b>	<b>ESTUDANTES ÀS VEZES PARTICIPAM</b>	<b>TOTAL</b>
ESTUDANTES	10		3	13
SERVIDORES	12		1	13
GESTORES	4		2	6
<b>TOTAL</b>	26		6	32

Fonte: Entrevista Pesquisadora

Verifica-se que, de acordo com a opinião dos entrevistados, 82 % dos estudantes participam da divisão dos recursos, momento em que são definidos os programas, projetos e ações a serem desenvolvidos durante o ano. E 18% participam às vezes, sendo suas ausências justificadas por excesso de atividades acadêmicas.



Outra tabela que sugere que existe este acompanhamento refere-se à periodicidade de reuniões da CLAE.

**Tabela 3 – Periodicidade de Reuniões da CLAE**

ENTREVISTADO	SEMANAL	QUINZENAL	MENSAL	NÃO HÁ PERIODICIDADE	TOTAL
ESTUDANTES	4	7	2		13
SERVIDORES	2	5	2	4	13
GESTORES	1	3		2	6
<b>TOTAL</b>	7	15	4	6	32

Fonte: Entrevista Pesquisadora

Verifica-se que 47% dos entrevistados afirmam que ocorrem reuniões quinzenais, 22% semanal, 13% mensal e 18% que não há periodicidade visto que as reuniões são por demandas.

Convém ainda ressaltar que de acordo com a Política de Assistência Estudantil do IFBaiano, o Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE):

É destinado aos estudantes regularmente matriculados, que possuam renda *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, conforme definido pelo decreto 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil, para garantia da permanência dos mesmos na instituição, durante os anos destinados ao processo formativo do curso escolhido. (IDEM, 2019, p. 8)

Em relação a CLAE, os seguintes depoimentos foram registrados nas entrevistas:

Os programas eram discutidos e a divisão dos recursos ocorria de forma participativa, com a inclusão dos estudantes. Foi adquirido o suporte para bicicletas, Academia para os estudantes residentes, geladeira, microondas e TV de Led para as Residências (Entrevistado GUA 08);  
Desenvolve os programas e busca fazer gestão participativa do orçamento (Entrevistado GUA 03);  
Tudo era discutido em grupo e era muito organizado. (Entrevistado SI 04);  
Tão atuante que eu não podia viajar sem comunicar a escola, por causa das assinaturas e reuniões. A CLAE exigia muito do estudante! (Entrevistado SI 07);  
A CLAE era obrigada a ser atuante, principalmente porque se tratava de recursos financeiros. Era uma das comissões que mais trabalhavam. (Entrevistado URU 01);  
Realiza reuniões, discute os temas pré e pós edital. Discutindo e avaliando a efetividade, abrangência e eficácia da Política (Entrevistado SI 05).

Em relação à atuação do Grêmio Estudantil na luta pelos direitos no depoimento dos estudantes na pesquisa realizada os entrevistados de Uruçuca afirmaram que o Grêmio era muito atuante entre 2014 e 2015 e existia diálogo com o Centro Acadêmico. Em Santa

Inês, eles faziam tanta manifestação que chegaram a interditar a BR; o Grêmio tinha muita responsabilidade em relação ao direito dos estudantes por isso eram ativos, faziam reuniões e participavam de manifestações externas. Em Guanambi faziam muitas reuniões, organizavam palestras e criaram o Cine IF e outros projetos.

Já quanto aos Diretórios ou Centro Acadêmico no engajamento desta luta pela Educação e pela Assistência Estudantil, 07 estudantes, sendo 4 de Santa Inês e 3 de Uruçuca definiram os Diretórios ou Centro Acadêmicos como participativos. Em Santa Inês os seguintes comentários foram tecidos: “Os estudantes participavam mais do que assistiam aula”, 90% dos estudantes participavam das reuniões, as informações eram transmitidas para os demais estudantes. Já em Uruçuca o Centro Acadêmico ajudou até no reconhecimento do curso. A atuação era em parceria com o Grêmio. Ocorriam muitas viagens, principalmente em época de greve.

Dois gestores classificaram os DAs ou CAs como participativos (Santa Inês e Uruçuca), alegando que eles estavam presentes em todas as reuniões e eram muito politizados, inclusive em Uruçuca eles influenciavam o Grêmio Estudantil.

Isto comprova que o IFBaiano possui realmente um diferencial na sua Política de Assistência Estudantil: a gestão com a participação estudantil. Um estudante residente afirmar que não poderia se deslocar da Instituição sem comunicar a CLAE representa o tamanho da responsabilidade que ele possuía enquanto representante. No *Campus* Santa Inês não eram liberados desde uns óculos para o estudante até uma televisão para o gabinete odontológico sem a assinatura do estudante que era aluno titular na CLAE.

Hoje o *Campus* Santa Inês nem sabe se ofertará óculos para os estudantes porque o seu orçamento foi afetado por diversos cortes, tendo sido necessário que a CLAE liberasse R\$ 760.000,00 para o Refeitório Estudantil. Em 2019, a CLAE recebeu R\$ 2.090.999,72 para Assistência Estudantil, ou seja, aparentemente o recurso da CLAE foi ampliado, mas a essência está imbuída em um contexto de crise orçamentária que vem afetando toda a educação.

É neste sentido que Almeida e Rodrigues (2012) acreditam que pensar a educação nos marcos da sociedade do capital exige refletir em seu processo hegemônico, como também nas possibilidades de resistência e de constituição de outras formas de sociabilidade.

Ainda dentro desta perspectiva, Saviani (2008) afirma que a educação se destina à promoção do homem, desta forma um processo de desenvolvimento que considere o homem como a principal preocupação, com certeza terá a educação como setor fundamental.

Porém Meszáros (2007) afirma que da forma como as coisas são encaminhadas na atualidade em relação à educação, o seu principal papel acaba sendo o de cão-de-guarda para levar a população a um conformismo sem limites a ponto de se subordinar as exigências do capital. Todavia, para o autor, o lugar que a educação possui na sociedade é soberano em dois aspectos: 1) Na elaboração de estratégias de mudanças das condições objetivas de reprodução social; 2) Para a automudança consciente das pessoas que passam a ser convidadas a concretizar a criação de uma nova ordem social. Por isso ele registra que a tarefa educacional consiste na busca de uma transformação social ampla e emancipadora ao mesmo tempo.

Por isso Meszáros (2011) registra que “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa significativamente diferente (MESZÁRIOS, 2011, p. 198). E Iasi (2011) lembra que o fundamento da emancipação humana consiste na possibilidade dos homens assumirem o controle da história de forma planejada e consciente.

Neste sentido, Nogueira e Nogueira (2014) afirmam que a escola e o trabalho pedagógico desenvolvido por ela só podem ser entendidos, na perspectiva de Bourdieu, quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. Dentro desta concepção, a escola é compreendida como “uma instituição a serviço da reprodução e da legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, 71)

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o material necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostos (MÉSZAROS, 2011, p.202)

Por isso, Almeida e Rodrigues (2012) registram que para que a educação se torne um direito livre das artimanhas do capital é preciso caminhar na direção da construção de uma nova ordem social.

Todavia, enquanto esta nova hegemonia não se planta é preciso ter consciência de que a educação também faz parte das contradições que envolvem as lutas sociais por direitos. Neste sentido, o IFBaiano também sofre os impactos das artimanhas do capital contra a educação e por isso o Movimento Estudantil grita: Tira a mão do minha Assistência Estudantil!

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ALMEIDA, Jaqueline Cavalari Sales de. **Avaliação da Implementação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR**. Impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômicas. 2013, 156p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas)-Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2013.

ALMEIDA, Ney Teixeira de; ALENCAR, Monica Maria Torres de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Maria Cistina Paulo. O Campo da Educação na Formação Profissional em Serviço Social. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed Lumen Juris; Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. Escola: espaço de convívio social e construção coletiva. In: LINHARES. Célia (organ.) . **As Escolas Querem Estrelar o Brasil**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2013.

**BRASIL**. Lei nº 010172, de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto 7.234, de 19 de junho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2010.

DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. 23. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

DUTRA, Natália Gomes dos Reis e SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência Estudantil sob Múltiplos Olhares: a disputa de concepções. In: **Ensaio Avaliação Política Pública Educacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181. Jan/mar 2017.

IASI, Mauro. As Manifestações de Massa e a Dimensão Estratégica. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lucia (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

**IFBAIANO**. Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019). 2014. 156 p. Aprovado pela Resolução n. 2, de 05 de fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Política de Assistência Estudantil**. 2019. Aprovada pela Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2019. 25 p.

KOWALSKI, Aline Vieira. **Os (Des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. 2012. 180p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MESZÁROS, István. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. (Tradução Ana Cotrin, Vera Cotrin). São Paulo: Boitempo, 2007. 400 p.

\_\_\_\_\_. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. 128 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria 39, de 12 de dezembro de 2007.  
www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/portaria\_pnaes.pdf

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio Integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v.39, n.3, p. 705-720, jul./set. .2013

\_\_\_\_\_. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, Natal, v. 2, p. 17, 2007.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma Análise das Ações de Assistência Estudantil no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. 2014, 153 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, 2014.

NOGUEIRA, Maria Alice e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2014 (Pensadores & Educação).

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.12, n. 32, p. 52-180, jan./abr. 2007.

\_\_\_\_\_. **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Nova Lei da Educação: Trajetórias, Limites e Perspectivas**. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOUZA, Jacqueline Damiense Almeida de. **Na Travessia: Assistência Estudantil na educação Profissional. As interfaces das Políticas de Assistência Social e Educação**. 2017, 191p. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social, Brasília.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas. In: In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009.

